



Para Erasmo, o dia 22 de setembro marcou o climax da escalada subversiva

# Erasmo: agitadores provocaram invasão

Durante sete horas, o secretário da Segurança, Antônio Erasmo Dias, prestou declarações ontem à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa, falando sobre o III Encontro Nacional dos Estudantes, atuação policial, envolvimento de dirigentes da PUC e os motivos que levaram a polícia a invadir as dependências da universidade.

Segundo Erasmo, o episódio de 22 de setembro na PUC caracterizou realmente o climax de uma escalada continuada e agressiva do chamado movimento estudantil, autêntico movimento de massas, de inspiração comunista, dirigido e orientado por extremistas que, explorando e condicionando o dinamismo e o inconformismo da massa estudantil, tem tido como objetivo a derrubada do regime.

Erasmo fez uma explanação do que chama de "escalada do movimento estudantil" iniciada em 1975, com reivindicações essencialmente justas nas universidades e logo transformadas em campanhas políticas "de cunho subversivo". Falou sobre a caracterização do movimento de massa, "particularmente com os trabalhadores", que disse ser doutrina essencialmente comunista.

Entregou ao deputado Alberto Goldmann, presidente da CEI, sete volumes contendo laudos da Polícia Técnica sobre a pericia realizada nas dependências da PUC e na gráfica; laudos do Instituto Médico Legal, das feridas sofridas durante a invasão da PUC; relação do material apreendido — papéis e máquinas — na gráfica da PUC e no DCE-Livre e um relatório sobre as bombas de lacrimogênio e gás. Também apresentou um relatório sobre o resultado de uma experiência feita num material de gás lacrimogênio. "Até nos olhos das pessoas, as bombas não sa-

nas moças e, por isso, queremos saber o que os tinha provocado".

Diversas vezes, Erasmo Dias respondeu aos deputados que não viu nenhuma violência por parte dos policiais contra os que estavam na PUC. "O que ocorreu — disse — foi fruto de um desrespeito a uma ordem que não era minha, mas do ministro da Justiça. A polícia cumpriu o seu dever legal de reprimir uma atitude ilícita e com todas as decorrências, inclusive a busca e apreensão."

Alberto Goldmann perguntou ao secretário se o material que estava mostrando, apreendido na PUC, não era para justificar a invasão e o porquê do forte aparato para dispersar os estudantes. Erasmo disse que não acreditava na realização do ato público e, ao ser avisado da concentração de duas mil pessoas na rua Monte Alegre, em frente à PUC, para lá se dirigiu e levou faixas que anunciavam a realização do III ENE. "Foi uma ação de busca. Queríamos os líderes. Colocamos os estudantes no estacionamento em frente, não num campo de concentração, mas onde pudessemos dispersar os alunos da PUC não-fichados e fazer a triagem, porque o espaço era mínimo na PUC."

Ao falar das bombas, Erasmo propôs aos deputados que, se quisessem, poderia fazer uma demonstração ali mesmo, em plenário, e convidou a CEI para visitar todas as dependências das polícias Civil e Militar para verificar que somente existem dois tipos de bombas. Revelou que a Secretaria de Segurança comprou nos Estados Unidos um aparelho que emite jatos de capacidade para 10 a 20 bombas de gás, mas que não as utilizou na noite de 22 de setembro. "Não disse — acrescentou — que fazem as pessoas. As moças feridas não sa-

biam lidar com esse tipo de bomba e vestiam roupas inflamáveis."

Sobre a depredação da PUC, Erasmo declarou que não mandou os policiais — 200 soldados, 150 investigadores e 50 delegados — arrebentarem nada. Disse que houve omissão por parte da retora da PUC, que fora avisada da possível realização do III ENE e não deu atenção.

O deputado Roberto Marinho, depois de perguntar se as atitudes tomadas pela polícia contra a reivindicação dos estudantes não ameaçam a segurança interna, disse ao secretário: "Eu, como líder do MDB nesta Assembleia, também acredito que o País vive num regime onde apenas um homem toma as decisões e fechou o Congresso. O MDB também quer a derrubada do regime, mas age conscientemente numa luta nas bancadas".

## ESTUDANTES

Depois das sete horas da fala do coronel Erasmo Dias, depuseram os estudantes da PUC e da USP, segundo os quais os órgãos de segurança "apenas aguardavam uma oportunidade para intimidar a PUC."

Segundo o representante do DCE-Livre da PUC, Marcos Nogueira, "a violência policial é uma constante na história da população brasileira". O universitário Bruno Brescher, do Centro Acadêmico XXII de Agosto, da Faculdade Paulista de Direito, criticou o governador Paulo Egydio, "que, apesar de declarar-se um democrata convicto, compactuou com a invasão". E o DCE-Livre Alexandre Vanocchi, da USP, apresentou um relatório lamentando "que aos estudantes é vedada a possibilidade de participar da vida nacional".

A reitora, da PUC, Nadir Klouber, deverá depor hoje às 10 horas perante a Comissão Especial de Inquérito da Assembleia.



Sexta-feira, 7 de outubro de 1977

## Egídio responde a d. Paulo sobre invasão da PUC

O governador Paulo Egídio Martins enviou ontem a seguinte resposta ao telex do cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, sobre os acontecimentos que se verificaram dia 22 último na PUC:

"Informo a Vossa Eminência, em atenção ao telex recebido hoje, após publicação pela Imprensa, e para ciência dos Excelentíssimos e Reverendíssimos senhores Bispos da Província Eclesiástica de S. Paulo e a Comissão Representativa da CNBB, que, em face dos graves fatos ocorridos na PUC, decidi oficiar a Sua Excelência o senhor ministro da Justiça, Armando Falcão, relatando os episódios que culminaram com o ato público do dia 22 de setembro e a intervenção policial. Esta já seria de esperar nas circunstâncias, dado o teor da nota admonitória do Governo do Estado, emitida e divulgada pela Imprensa no dia 20 de setembro último.

"Lamento não poder concordar com o conceito de autonomia universitária que o telex de Vossa Eminência parece esposar. Também as Universidades se sujeitam às leis vigentes no País, inclusive às referentes à segurança nacional. Autonomia, na verdade, não se confunde com soberania, prerrogativa que só os Estados independentes possuem.

"O inquérito determinado por Sua Excelência o senhor ministro da Justiça não tem por objetivo enquadrar estudantes na Lei de Segurança Nacional, porém apurar as responsabilidades de quem — estudante ou não — premeditadamente haja violado a ordem jurídica vigente. Encaminharei o relatório recebido da Reitoria da PUC ao senhor ministro da Justiça para juntada aos autos do inquérito.

"Acentuo, afinal, que ainda recentemente demonstrei toda minha consideração pela PUC prestando-lhe meu apoio, como governador do Estado, amparando-a em momento de grave crise financeira.

"Se eu fosse contra a autonomia da PUC ou não alcançasse em toda a sua extensão a altitude do ensino que ministra, não teria demonstrado naquela oportunidade, como em outras, o meu apreço por essa nobre instituição. Esperando ter o ensejo de novamente demonstrar minha consideração e estima pela Casa fundada sob a insígnia "Conscientia cum Scientia", lastimo que o desrespeito de alguns à lei e à ordem constituída haja obrigado o Governo do Estado a agir em defesa dessa mesma lei.

"Pela ordem aspiramos todos, e, a essa luz, espero que Vossa Eminência compreenda a posição que tivemos de assumir.

"Não faltarão, contudo, oportunidades para que minha real estima pela PUC possa transparecer de modo claro, insofismável e incontrovertível."



O Inquérito sobre a Invasão da PUC

# Secretário diz que movimento é subversivo

O secretário de Segurança de São Paulo, cel. Antonio Erasmo Dias, depois de estar na Comissão Especial de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa para apurar responsabilidades pela invasão do campus da Pontifícia Universidade Católica, ocorrida na noite de 22 de setembro, nessa ação policial, ocorreram cerca de mil prisões, houve vários estudantes feridos por bombas, houve invasão e depredação de salas e material da PUC e foram apreendidos materiais que as autoridades consideraram subversivos.

Ouço, em seu depoimento — em parte, lido, e, em parte, lido através de resposta e perguntas dos deputados — o secretário da Segurança acusou o movimento estudantil de ser "de inspiração comunista, dirigido e orientado por extremistas", bem como estivo-se da responsabilidade pelos ferimentos causados aos estudantes, que debito "aos responsáveis pelo ato político".

Iniciando seu depoimento, o secretário leu o seguinte documento escrito:

"Movimento Estudantil, Movimento de Massas, Subversão Comunista. Segundo o ato legislativo que criou a CEI, foi ela instituída para "apurar as responsabilidades pela invasão do "campus" da PUC, de "bombas" e "campos" universitários, bem como pela violação do princípio da liberdade de ensino da universidade".

"Comparar a CEI por dever e obrigação de prestar contas ao Legislativo, dentro do contexto constitucional que regula e define a missão da Polícia — mantenedora da ordem e segurança pública internas — e como seu chefe, responsável pela segurança pública dentro da ordem política-jurídica-constitucional vigente.

"Preliminarmente, há que se considerar que os fatos apontados, particularmente o episódio da PUC, em que a CEI pretende "apurar responsabilidades", da mesma forma está sendo motivo de inquirição através de inquérito em curso na Polícia Estadual e Federal, em que são partes de movimento de agitação e subversão, com infrações a inúmeros dispositivos de lei, tipificados como crimes no campo da Segurança Nacional".

"No dia 22/09/77 na PUC foram realizados o registro e o controle de

grupos extremistas disputando sua hegemonia, lançando suas bandeiras e objetivos. Os Doc. II a 14 são jornalecos do ME (maio/77) onde estão claras as objetivos políticos, com nítida inspiração comunisto-subversiva onde a palavra de ordem é a "derrota da ditadura". A caracterização do ME como movimento de massas, particularmente na aliança com os trabalhadores, é doutrina essencialmente comunista que se pode comprovar com a linha do Partido Comunista, constante das edições da Voz Operária (Doc. 2 a 10). Acresce notar que inclusive bandeiras tipo "constituinte" oriundas por setores políticos, são da mesma forma bandeiras do ME, porém dentro da linha marxista-leninista do MM.

"Durante o mês de maio de 1977, o ME transformou-se em MM passando às ruas apesar das contínuas e reiteradas proibições face aos dispositivos legais. A contestação ao Regime, o desafio às Autoridades, o desrespeito às Leis, a subversão da Ordem, passaram a constituir a tática do ME/MM que dia a dia escalava com apoio de outras entidades que surgiram inclusive o DCE/PUC e o Comitê 1.º de Maio.

"O Comitê 1.º de Maio passou a ser núcleo de arregimentação de "indóctos" contestatórios de vários setores, massacrado por minorias comunistas e simpatizantes! Sob seu patrocínio, "Atos Políticos" e "Dias Nacionais de Luta" se realizaram em junho. Os Docs. 15 a 18 caracterizam a ação do Comitê 1.º de Maio e dos grupos extremistas Liberdade e Luta/USP, "Liberdade e Ação/PUC/Alameda ME/MM continuava tendo como objetivo a derrota da "ditadura militar". A caracterização do ME como MM e sua tentativa de envolver a classe operária no movimento não deixa dúvida da inspiração subversivo-comunista de todo o movimento".

"Os Docs. 18 a 20 foram lidos e aprovados na PUC eram desobediência dos órgãos de segurança em que sua totalidade! O importante a ressaltar é que tais documentos consistem a doutrina que inspirou a criação da UNE dentro da dinâmica do MM de inspiração comunista, já conhecida, devidamente comprovada pelos documentos apreendidos na PUC! Segundo o ME, realizado na PUC dia 22 e III PUCP, foram utilizados



O secretário Erasmo Dias (esq.) depois de estar perante a Comissão de Inquérito presidida pelo dep. Alberto Goldman (dir.).

## "Houve exercício do poder de polícia"

O depoimento do secretário de Segurança durou 55 minutos, sem interrupção, tempo durante o qual a autoridade leu além de um texto escrito (ver ao lado), diversos trechos de publicações que considera subversivas — jornal "Voz Operária", revista "Debate" e outras — e citando em seu relato. Em seguida, o deputado Alberto Goldman suspendeu a sessão por cinco minutos, após o qual se seguiu a fase de perguntas e respostas. (Mais tarde, às 18h15, o deputado Goldman iria novamente interromper a sessão, para que os parlamentares comparecessem à plenária da Assembleia Legislativa, reunindo os trabalhos às 19h20, indo até 20h45).

Após o fim de sua exposição, o secretário de Segurança entregou, juntamente com o documento, pasta contendo uma apreciação sobre o movimento estudantil, exame das cópias do material apreendido como apreendido durante a invasão da PUC, um laudo técnico sobre os tipos de bombas usadas,

o senhor. No dia seguinte o senhor levava a PUC. Teria ocorrido uma discriminação na Secretaria ou negligência da Retenida da PUC, em não ter-se iniciado o diálogo?"

Secretário — "Vou ser muito claro, conciso e preciso. A primeira vez em que o Largo foi esculpido para uma manifestação, permitimos. As normas que tivemos de cumprir eram emanadas de cima: dentro do campus, pode qualquer reunião para tratar da reconstrução da UNE é proibida em todo o Território Nacional. Nos campos, a Polícia observou. Na primeira vez não decidimos se o Largo era ou não campo. Na segunda, houve passagens até o Viaduto do Chi, extrapolando o limite do campus. Não reprimimos. Da mesma forma, quando houve reunião na USP, no dia 21, do III ENE, tomamos medidas preventivas, não detendo que delegados de outros Estados chegassem ao local. O III Encontro não se realizou, graças a Deus. Depois o Diretor da Faculdade de

## "A ordem que recebêramos era de conter o III ENE"

Durante os debates entre o deputado Alberto Goldman e o secretário da Segurança Pública, cel. Erasmo Dias, veio à baila o tema da Assembleia Constituinte.

Dirigindo-se aos deputados, o secretário da Segurança disse:

"A Assembleia Constituinte, bandeira que os senhores pregam, não é a que eles pregam, que é a livre, democrática, soberana e popular, nas medidas leninistas".

Deputado Goldman — "O senhor considera legais as reuniões não previstas na legislação?"

Secretário — "Sim".  
Deputado — "E como considera a enciclosa contida como Congresso das Classes Produtoras (Concapi), do qual têm participado autoridades?"

O secretário não respondeu, e passou a ler algumas considerações para depois mencionar os grupos "Liberdade e Luta", da USP, e "Liberdade e Ação", da PUC, que acusou de extremistas e incitadores, no meio estudantil.

Deputado — "O senhor tem conhecimento se esses grupos ganharam as eleições nas respectivas universidades?"

Secretário — "Os radicais são os grupos "Liberdade e Luta" e "Liberdade e Ação", um bando de comunistas. Realmente, eles não têm ganho as eleições. Mas eles, que são uma minoria, têm levado os estudantes a atitudes incoerentes".

Deputado — "O governador tinha conhecimento da ação detalhada do dia 22 de setembro, sobre a invasão, as bombas, as agressões a professores e estudantes e danos materiais?"

Secretário — "Quero esclarecer que sou o responsável pela segurança. Estive presente das 11h15 às 14h de outro dia no episódio da PUC. Esse quadro distante não corresponde à verdade; não me consta que tenha havido violência além do tolerável. Recomendando que V. Excia. leia os depoimentos que feridos, um a um".

Deputado — "O senhor faz de uma série de medidas anteriores, que houve telefonemas..."

solução. Detectamos que inclusive, apesar de inscrições ao vestibular. Tivemos notícia de que diversos estudantes foram retirados das salas de aula para participar do ato. Não vejo outra forma de fazer triagem, que não a identificação um a um. Dos 16 feridos, somente um era da PUC. A massa é amarga, é incoerente. Diante da manifestação, o que temos a lamentar são os ferimentos nas bocas".

Deputado — "O senhor tem se referido à manifestação da PUC como legal? O próprio governador tem declarado que as manifestações são permitidas dentro da universidade. Essa manifestação foi praticamente silenciosa às outras. Por que a ênfase no caso da PUC?"

Secretário — "É uma questão de entendimento. A ordem que recebêramos era de conter o III Encontro".

O deputado Goldman citou notícia publicada em jornal da Capital chamando a atenção sobre novos equipamentos adquiridos pela Polícia para conter manifestações de rua, perguntando, em seguida, se policiais usaram algum desses novos equipamentos.

Secretário — "Foram usadas as mesmas tradicionais bombas de gás lacrimogêneo. Até nós chamamos no ocasião. Depois que o presidente Carter chorou, todos podem chorar". Essa resposta provocou risos. "Eu desafio todo o plenário. Faça uma demonstração aqui em frente para demonstrar os efeitos da bomba".

Citando título de matéria publicada em jornal carioca, o deputado Goldman pediu ao depoente que expusesse a frase "Vamos atacar-lhe antes que nos jantem", atribuída ao secretário.

Secretário — "Depende de quem seja. Se quiserem me jantar, eu almoço antes".

Deputado — "Se alguém, dentro de um pequeno grupo, tivesse disparado uma arma, naquele dia 22, contra a Polícia, o que poderia ter acontecido?"

Secretário — "Poderia ser condicional e nosso problema não é tratar com condicional. Desde que as manifestações

Kobalashi anunciado a presença de cerca de quinze deputados que haviam chegado à sala, o deputado Goldman reassumiu a presidência e passou a palavra ao deputado Wanderley Macris (MDB).

Deputado Macris — "A ação das Secretarias de Segurança Pública em todo o País é feita de forma coordenada. Acontece que a ação em outros Estados é mais branda. Reconheço V. Excia. que tem imprimido uma atitude mais personalista nos casos de repressão".

Secretário — "Cada caso é um caso. Em São Paulo as manifestações têm sido mais intensas. Quanto ao personalismo, nossa presença tem sido apenas preventiva. Se algum fato mais desagradável ocorreu foi fruto do imponderável".

Deputado — "A ação estudantil põe em risco a segurança nacional".

Secretário — "A decisão que determinou nossa ação é do ministro da Justiça e da Educação. A pergunta deve ser dirigida a eles".

Deputado Haroldo Ottoni (MDB) — "Na PUC, foram encontrados mimeógrafos pisados e máquinas de escrever quebradas, no gramado em frente à Universidade. A ação foi ordenada ou não?"

Secretário — "É possível que tenha havido algum dano, mas deve ser tributado ao trânsito natural".

Deputado — "As bombas, segundo depoimentos, levantaram chamas de até dois metros. As bombas geram fogo? Por quê?"

Secretário — "Sou obrigado a dizer que o depoente está falando com a razão".

Deputado — "Os depoimentos estão todos aqui e foram publicados na 'Folha de S. Paulo' e no 'O Estado de S. Paulo'".

Secretário — "Nobre deputado, eles podem falar e que bem entendido se quiserem, faço uma demonstração com bombas aqui em frente".

Deputado — "O que dizem os laudos policiais das quinzenadas de 3.º grau e da massa preta sobre o ferimento?"

Secretário — "Tudo se condiciona à documentação que calza em cima das bombas".









Martins e Dias no DEOPS: material apreendido na PUC mostrado como vitória contra a subversão

# Pela Justiça e Paz

*Com perseverança e convicção, o arcebispo de São Paulo prega uma nova democracia*

**D**iante da grande quantidade de faixas, panfletos, livros e jornaisinhos, expostos ao lado de mimeógrafos, pincéis e aparelhos de som apreendidos na semana anterior na Pontifícia Universidade Católica, invadida e parcialmente depredada pela polícia, o governador Paulo Egydio Martins, de São Paulo, foi preciso em apresentar conclusões aos jornalistas que o acompanhavam na visita à sede do DEOPS, na segunda-feira passada. "Estamos lidando efetivamente com o velho comunismo encapuzado de democrata", disse o governador, para logo em seguida, com igual segurança, prometer: "A nossa ação vai ser coerente em relação a esta célula de subversão que estamos identificando no movimento estudantil".

Com essa retórica convicta, Martins reforçava a exposição feita pouco antes pelo secretário da Segurança, coronel

Antônio Erasmo Dias, para quem o movimento estudantil caminha numa escadaria cujo próximo passo "será a fase terrorista".

Naquele momento, diante das câmaras dos fotógrafos e das luzes da televisão, as palavras do governador e do secretário soaram muito convincentes. Mas, no dia seguinte, a certeza de suas afirmações começou a ser posta em dúvida, quando uma voz poderosa, ainda que serena, se ergueu para defender a universidade e seus alunos. Numa mensagem às famílias de São Paulo, feita numa visita de inspeção ao campus devassado, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, 56 anos, falou com igual convicção: "Seus filhos, estando em provas ou participando de outras atividades dentro da universidade, foram vítimas e não provocadores. Se uma alta autoridade lançou acusação gravíssima de que aqui se de-

envolvem atividades subversivas, deveria primeiro se informar". E, como Martins na véspera, foi taxativo em sua conclusão: "Que este episódio possa ocorrer para sempre que a universidade seja lugar de debate dos grandes problemas do país e da humanidade".

A PUC começava a se refazer do alívio sofrido na semana anterior, com grupos de alunos se dedicando a recompor da melhor forma possível as sedes de suas entidades, e a diretoria empenhada em encaminhar as ações judiciais indispensáveis para obrigar o Estado a corrigir os danos causados por seus agentes. Em Brasília, para onde viajou com um vasto relatório sobre todo o episódio, o coronel Erasmo Dias não ouviu exatamente palavras de incentivo em sua passagem por alguns dos principais generais do Palácio do Planalto. No Gabinete Militar, onde se coordena toda



## Enquadrados mais cinco na Segurança

Ao final da tarde de ontem, o Depm informou que mais cinco estudantes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional elevando-se para 37 o número de estudantes indiciados em virtude das prisões ocorridas durante a repressão ao ato público realizado na Puc no último dia 23.

São os seguintes os outros cinco estudantes enquadrados na LSN: Ana Maria Ilanques, Antônio José Moreira Filho, Luiz Azeiteiro de Jesus Sales, Ricardo Augusto Monteiro Fonseca e Sérgio Capela Cabrelli.

## Proposta de CEI entra na Assembléia

O deputado Alberto Goldman (MDB) está reunindo a documentação necessária para pedir a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito, para apurar os fatos que culminaram com a invasão policial ocorrida na PUC-SP, quando foram detidos professores e alunos, após a interrupção de aulas e provas que eram realizadas, ocasionando ainda, a destruição de móveis e equipamentos daquela Universidade. O pedido será apresentado hoje.

Por outro lado, o deputado André Pasqualini (MDB) profereu ontem, na Assembléia, contra a invasão da PUC e deu total apoio à iniciativa de seu colega sobre de bancada.

## Aulas serão retomadas hoje na USP

Cerca de 100 estudantes da Universidade de São Paulo, PUC e Fundação Getúlio Vargas, reunidos ontem à noite em assembléia no prédio de História e Geografia da Cidade Universitária, decidiram marcar para a próxima quinta-feira, na cidade mesmo local, a realização de um novo ato público de protesto contra a repressão.



O material que a Polícia de Ter apreendeu na PUC foi apresentado à imprensa nos dependências do Depm.

# O governo denuncia a PUC

Material apreendido é subversivo, afirma o secretário Erasmo Dias

Tendo como convidado especial o governador Paulo Egidio, o secretário da Segurança, cel. Antônio Erasmo Dias, apresentou ontem, à tarde, à imprensa, o que classificou de "o material subversivo apreendido pela polícia nos dependências da PUC, na 1.ª feira passada, dia 23".

O material foi exibido no quarto andar do prédio do Depm, no largo General Osório. De acordo com Paulo Egidio, a exposição foi realizada numa das salas daquele Departamento, "pois no Palácio dos Bandeirantes não haveria lugar para expor todo o material apreendido".

### FASES

Ao fazer uma análise do movimento estudantil durante a apresentação do material, o cel. Erasmo Dias, disse acreditar que "estamos no anterior de uma guerra subversiva no Brasil" e que, no seu entender, "o próximo passo do movimento estudantil será a fase de terrorismo".

Ao comentar as declarações do secretário, o governador Paulo Egidio disse que, "se não são invernos a capacidade de esclarecer a opinião pública, é possível que alguns elementos desavisados tentem repetir o que ocorreu em 1968". E, referindo-se ao movimento estudantil, afirmou que "a culpa para que isso ocorra é do próprio movimento".

### REEXAME

Ao ser indagado se os fatos relatados pelo cel. Erasmo Dias iriam provocar alterações na atuação da Polícia na repressão a manifestações estudantis, o governador Paulo Egidio disse que iria "re-

se material encontravam-se livros, inclusive diários, jornais, diários da Capital e sacos plásticos contendo lixo".

Entre os documentos apontados pelo secretário como sendo de teor subversivo, em que ele havia gritado alguns trechos para ler em voz alta, constavam um livro de Arthur J. Poesner, sobre o Movimento Estudantil e que estaria sendo usado na gráfica da PUC, um documento intitulado "Liberal Democrata e Frente Anti-Imperialista", um documento intitulado "Independência Operária", um documento do Comitê 1.º de Maio, um exemplar do jornal "Marta Quitéria", publicado pelo Movimento Feminino pela Asistia, um documento intitulado "Mantemos aos Estudantes", um exemplar do jornal "Novos Rumos".

### "MM" E "ME"

Além disso, o secretário de Segurança também fez trechos de diversos outros documentos, um deles tirado do jornal "A Voz Operária", a fim de tentar estabelecer a ligação entre o "MM" (Movimento de Massa), que seria dirigido pelo Partido Comunista, e o "ME" (Movimento Estudantil).

Além dos documentos que falavam da posição do Partido Comunista Brasileiro frente ao Movimento Estudantil, o secretário fez também trechos em que os documentos atacavam a atuação da Igreja e das organizações sindicais. O secretário fez, também, um depoimento de Wladimir Palmeira, sobre a história do Movimento Estudantil, e acrescentou ser ele "a história do movimento estudantil, hoje".

Entre livros, cartazes, publicações estudantis e dois mimeógrafos, estavam também um exemplar do livro "A Arte de

damaio sobre "a escalada extremista", para concluir que "o Brasil está às portas do terrorismo". Citando — como tem feito em todos os seus últimos pronunciamentos — o livro "A Esquerda Armada no Brasil", com depoimentos de alguns estudantes, o secretário argumentou que "o tipo atual de manifestações estudantis tende a desembocar na luta armada".

### CONSTITUINTE

Antes de encerrar seus comentários sobre algumas publicações que defendiam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o cel. Erasmo Dias disse que "a Assembléia Constituinte, soberana e democrática, é patente de Lemos, firmada em 1971".

O secretário já havia apresentado ao governador Paulo Egidio, logo após sua chegada, um documento que teria sido apreendido na PUC e que, segundo o cel. Erasmo Dias, "faz uma análise histórica das Assembléias Constituintes, tomando por base as Constituintes de Cuba e Espanha". O secretário afirmou, também, que, no último dia 19, foi realizado na PUC um debate sobre Constituinte com a presença de "estudantes radicais e autoridades outras que não nos interessam".

Após os esclarecimentos do secretário o governador Paulo Egidio declarou que achava "fundamental a verificação do material apreendido" e revelou sua "esperança de que a imprensa, honesta, deve transmitir ao público o que realmente se passa".

O governador acrescentou que, com as

## Estudantes vão iniciar hoje mutirão no campus

Alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) estão convocando professores, funcionários da escola e a população para auxiliarem no mutirão de reconstrução física dos Diretórios e Centros Acadêmicos invadidos pela polícia quinta-feira. Os trabalhos começarão hoje após uma assembléia marcada para as 14h30 em que os universitários pretendem formar as equipes de trabalho.

A decisão foi tomada ontem em assembléia que reuniu cerca de 300 estudantes no Salão Beta da universidade, e segundo os alunos será "a resposta à repressão sofrida pela PUC". Os alunos votaram, ainda, contra a realização de um ato público de repúdio à invasão do campus da rua Monte Alegre, alegando que "os atos públicos estão desgastando o movimento estudantil diante dos outros setores da população".

### APÓIO A REITORIA

Durante a reunião, os estudantes decidiram encaminhar uma moção de apoio à Reitoria da PUC "por sua atitude firme de defesa do campus e autonomia universitária". "O Destacaram, ainda", o contraste entre a atitude da Reitoria da PUC e os reitores da USP e UNB, que não se opõem a invasões policiais aos campus, mas ainda chamam a polícia para reprimir os alunos.

No documento a ser enviado à Reitoria, os alunos reivindicarão que, entre os prejuízos causados pela depredação do campus e que a Secretaria da Segurança Pública prometa ressarcir, sejam incluídos os estragos causados às sedes das entidades estudantis. Para isso, os alunos farão um levantamento detalhado de todos os objetos destruídos e os que desapareceram após a invasão policial.

### LEVANTAMENTO DOS PREJUÍZOS

Ontem, durante a assembléia, os representantes de diversos Diretórios e Centros Acadêmicos da PUC apresentaram um relatório do levantamento inicial dos prejuízos causados pela depredação. No Diretório Acadêmico de Filosofia e Letras, segundo um diretor, "não sobrou praticamente nada". "A gráfica e a estenografia foram destruídas, um ambulatório e o diário guardado no armário da entidade, foram roubados, jornais e boletins estudantis desapareceram dos arquivos", informaram.

DCE. Livre denunciou durante a assembléia, o roubo de Cr\$ 5 mil, que haviam sido arrecadados pela entidade durante a campanha para subsidiar o INE. O Diretor Acadêmico

foi desvaliado pela polícia. Além disso, 3 portas foram destruídas durante a invasão policial".

O diretor do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, informou que "a Polícia destruiu, durante a invasão, uma máquina de escrever, um arquivo de aço e um mimeógrafo".

Documentos e atas de reuniões, 800 capas de cartilhas de estudantes, centenas de folhas de papel timbrado e grampeadores, 40 jornais sobre a Constituinte, 2 rolos de papel para caixões, 3 mil apostilas, uma caixa de estêncil, uma caixa de material para impressão em off-set, recortes para colagem de caixa da lesonaria, livros com assinaturas de alunos que participaram em assembléias, dinheiro arrecadado com venda de ingressos para espetáculos artísticos e diversas listas de alunos contendo documentos e dinheiros, foram levados da sede da entidade", declararam os alunos. Além disso, um arquivo com todos os históricos do movimento estudantil da PUC e uma coleção de boletins e jornais da USP foram também levados.

### CAMPANHA PELOS INDICIADOS

Um dos itens aprovados ontem pelo alunos, em assembléia, foi a realização de uma campanha de apoio aos 37 estudantes incursos na Lei de Segurança Nacional. Os estudantes pretendem que a Câmara Metropolitana e o Conselho Justica e Paz assumam a defesa jurídica dos alunos enquadrados na LSN.

### DOCUMENTOS

Os alunos de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reunidos na tarde de ontem elaboraram o seguinte documento:

"Diante das violências e agresses sofridas pelas Universidades Brasileiras e a PUC, em particular, neste último dia 23, os alunos do curso de pós-graduação, de mestrado e doutorado, reunidos às 15h, no dia 26.9.77, decidimos manifestar nosso apoio integral e irrestrito à posição assumida pela Reitoria desta Universidade; manifestar nosso apoio integral e irrestrito à Associação dos Produtores da PUC (Aprope-SP); manifestar nosso apoio integral e irrestrito à todos as entidades que são subscritas à nossa lista entre as: quer da autonomia universitária, clima de insegurança instaurado, que impede o trabalho científico do corpo docente e discente; a implementação reiterada do conceito das liberdades democráticas; o desrespeito pelo ser humano, individual e pessoal, e espartilhamento arbitrário e abusivo dos 37 colegas presos, agredidos, violentados e ultrajados pelas forças



# Arquivado relatório sobre a F

O procurador-geral da Justiça do Estado, Ruy Junqueira de Freitas Camargo, determinou ontem o arquivamento do relatório da Comissão Especial de Inquérito que apurou a invasão da FUC, no dia 23 de setembro, durante a realização do III Encontro Nacional de Estudantes. Na opinião do procurador a ação policial foi lícita e não se configurou crime de abuso de autoridade do secretário da Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias. Este, ao ser informado da decisão, ontem à tarde, mostrou-se bastante satisfeito, embora não quisesse comentá-la. Com um sorriso, disse apenas: "Nada tenho a declarar. P.T. Saudações".

Em seu relatório (enviado ao governador e depois à Procuradoria), a Comissão Especial de Inquérito concluiu que o secretário cometeu crimes de abuso de autoridade e de responsabilidade, além de delitos comuns previstos no Código Penal. Os agentes policiais que participaram da invasão também foram responsabilizados. O procurador Freitas Camargo, porém, entendeu que não houve sequer crime comum que caiba ao Tribunal de Justiça apurar. Sua decisão foi comunicada ontem mesmo ao governador Paulo Egydio Martins e ao presidente da Assembleia, deputado Natal Galé.

Ao fundamentar sua decisão, o procurador argumentou que as provas relativas ao episódio — constituídas pelo relatório da CEI e pelo inquérito policial instaurado em consequência da manifestação estudantil — demonstram que ela não era lícita e nem permitida, além de ter evidente caráter contestatório. A reunião pública (III ENE), segundo o procurador, tinha "manifesta feição de desafio e mostra-se, além disso, infiltrada por elementos subversivos, o que é facilmente perceptível pelo exame das faixas e cartazes que os estudantes, às 21 horas, ostentavam".

## LEI DE SEGURANÇA

No entender de Ruy Junqueira de Freitas Camargo, "a manifestação estudantil não era, pois, lícita, como erroneamente se afirmou no relatório da ilustre Comissão Especial de Inquérito, bem ao contrário, violava flagrantemente a Lei de Segurança Nacional, uma vez que seus participantes incitavam a classe à desobediência coletiva à lei". Diante do seu caráter de contestação e desafio às autoridades, a manifestação tornava

pendências de estabelecimentos de ensino, mesmo que privados".

Também entendeu que, se houve excesso por parte dos executantes das ordens do coronel Erasmo Dias durante a atuação policial — como concluiu a Comissão Especial de Inquérito —, isso não pode ser atribuído à responsabilidade da autoridade que ordenou e dirigiu a operação. "A responsabilidade penal — destacou Freitas Camargo — é sempre pessoal, não podendo ser atribuída ao mandante as possíveis exorbitâncias dos executores, conforme ensina Nelson Hungria".

O procurador argumentou, ainda, não ter ficado provado que o secretário da Segurança tivesse dado ordens para o emprego indiscriminado da violência, ressaltando que a conduta das autoridades subordinadas ao coronel Erasmo Dias está sendo examinada em inquérito próprio.

## SUBMISSÃO

A decisão do procurador-geral determinando o arquivamento do relatório que incriminava o secretário da Segurança será encaminhada agora pelo presidente da Assembleia à Comissão Especial de Inquérito, mas é provável que esta tente novamente responsabilizar o coronel Erasmo Dias. O relator da Comissão, deputado Horácio Ortiz, ficou revoltado com o arquivamento do relatório e acusou a Procuradoria de submissão.

"Até a Procuradoria — afirmou — está submissa, desconhecendo o depoimento de cerca de 30 pessoas que foram espancadas na frente do secretário da segurança, que lá se manteve das 21 horas do dia 22 até às 5 da manhã do dia 23".

Irônico, o relator da CEI acrescentou que, "como a polícia foi toda inocentada, deveríamos obrigar as 16 moças que tiveram queimaduras de até terceiro grau a pagarem os prejuízos do custo das bombas honestas, ordeiras e defensoras da lei". Na sua opinião, o caso ainda não está encerrado e "muitas ações populares deverão ser abertas em nome da dignidade desta Nação". Para ele, a decisão da Procuradoria é "o sinal dos tempos".



Secretário da Segurança satisfeito

## Escola vai ouvir pais de alunos reprovados

Do correspondente em SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

O diretor da Divisão Regional de Ensino em São José do Rio Preto, professor Aristheu Arantes Ferraz, informou, ontem, que a diretoria da escola "Monsenhor Gonçalves" já está atendendo pais de alunos que pretendam tomar conhecimento do resultado das avaliações dos trabalhos dos estudantes. Há alguns dias, dezenas de pais de alunos disseram que houve reprovação em massa naquele estabelecimento e ameaçaram impetrar mandado de segurança caso o pedido de vista das provas não fosse atendido.

Arantes Ferraz disse que o assunto está sendo tratado a nível de Delegacia de Ensino e que

as "providências necessárias" já foram tomadas com o objetivo de solucionar o problema, caso este realmente exista. A Delegacia de Ensino também está fazendo uma diligência na escola, para verificar o que está ocorrendo, pois até agora nenhum recurso foi apresentado pelas pessoas interessadas.

Entretanto, o professor desmentiu que o índice de reprovação na escola "Monsenhor Gonçalves" seja de 50%, "como se vem propalando", acrescentando que esse índice é de 20%. Dos 1.600 alunos matriculados, 300 foram reprovados. Esclareceu, ainda, que a Divisão Regional está iniciando um levantamento em toda a sua rede (que abrange 85 municípios) para verificar os índices de reprovação.

2 DE JANEIRO EM TODOS OS CINEMAS

Sa  
a li  
F

A Fu  
pela man  
mil cand  
na primei  
bular que  
113.957 l  
completa  
edição d  
tado. Os  
dos se  
gunda fa  
será reali  
e 11 de J  
rão exar  
nas os co  
de Arqu  
ca, Mú  
sica e E  
Dos 34 r  
seleção  
gunda fa  
oferec  
das da  
4.080 pa  
Exatas.  
Ciência  
para  
Human

AY  
CRE

Ginecol  
Cons. de  
Mal. Dec  
cilia. Te  
Haddock  
tel. 832-4